

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Marcio Lima Ranauro

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRA QUÊ?”

Discurso e prática ambiental dos jovens da
Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande

UERJ
RIO DE JANEIRO - BRASIL
2003

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRA QUÊ?”

**Discurso e prática ambiental dos jovens da
Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande**

**Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro**

Aluno: Marcio Lima Ranauro

Banca examinadora:

Orientadora: Rosane Manhães Prado

Myrian Sepúlveda dos Santos

Sandra Maria de Sá Carneiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - Brasil

2003

QUEREMOS SABER

Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da anti-matéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes dos sertões

Queremos saber
Quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos de fato um relato
Retrato mais sério do mistério da luz
Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente sofredor
Tão perdido na distância
Da morada do Senhor

Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer

Queremos saber
Queremos saber
Todos queremos saber

(Música de Cássia Eller, letra de A. do Sul, Brasil, Gilberto Gil)

Este trabalho é dedicado aos jovens da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, e a todos os alunos do Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega, que me acolheram e aceitaram no seu cotidiano me apoiando e participando dos dois projetos aqui referidos.

AGRADECIMENTOS

Ao povo da Ilha, pela hospitalidade e pela atenção dispensada em todos esses anos.

À Escola e ao Colégio local, que me receberam e abriram as portas para esse trabalho.

Aos amigos da Uerj e do Ceads, pelo apoio e participação nas atividades do projeto “Ilha Jovem”.

À minha namorada Gleice, por toda a força e ajuda na elaboração desta monografia.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta pesquisa e o projeto “Ilha Jovem” fossem realizados.

E em especial, à minha orientadora Rosane Prado, que tem me estimulado e ensinado o caminho da antropologia, e que, sem suas ajudas, estes trabalhos não teriam sido possíveis.

RESUMO

Este trabalho discute sobre como o que se entende por educação ambiental pode ser exercido com base numa troca de saberes entre os que se propõem educar (referidos a saberes científicos) e os grupos envolvidos (referidos a saberes locais). Para essa discussão, focaliza a aplicação de um projeto de extensão da UERJ – o Projeto de Informação Ambiental “Ilha Jovem” – aos jovens da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ). Baseado numa perspectiva antropológica, o trabalho mostra os significados de “ecologia” para esses jovens, ou seja, as formas através das quais “a ecologia” e as “questões ambientais” são traduzidas e vivenciadas por eles. Trata-se, no caso, de três formas, que correspondem, respectivamente, ao seu discurso, à sua prática e à sua interação com projetos/programas “de fora”.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	8
Parte 1 – UMA PESQUISA E DOIS PROJETOS	16
1.1) Metodologia do trabalho de campo: o Projeto de Informação “Ilha Jovem” como espaço e motivo da troca de saberes	16
1.2) Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande: 12 anos de atividades na Ilha	20
1.3) A relação no campo: da distância à proximidade	22
Parte 2 – AS TRÊS ECOLOGIAS DOS JOVENS DA BRIGADA MIRIM	26
2.1) <i>A Ecologia do Discurso: “educação ambiental pra quê?”</i>	32
2.2) <i>A Ecologia da Prática: “din-din pra ganhar responsabilidade”</i>	35
2.3) <i>A Ecologia da Interação: “a voz na ativa”</i>	38
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	45

INTRODUÇÃO

Em Julho de 1999 foi a primeira vez que fui à Ilha Grande como um pesquisador. Na ocasião estava visitando a Ilha como bolsista de Iniciação Científica de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, acompanhando a professora Rosane Prado na pesquisa “Mapeamento Etnoecológico da Ilha Grande”¹; diferentemente de todas as idas que já tinha feito à Ilha como turista desde 1990. Certamente, depois desse momento nunca mais viajei como turista para a Ilha.

Ouvi falar da Ilha pela primeira vez numa aula de ciências na 5ª ou 6ª série num colégio particular de Campo Grande, Rio de Janeiro. O professor dizia que a Ilha deveria deixar de ter um presídio e virar um grande parque, mas não como os parques ambientais convencionais. Seria como a Disney, um grande espaço de entretenimento, que traria muitos turistas para o Brasil e nos tiraria do terceiro mundo. A partir daí, a Ilha Grande passou a figurar em minhas representações como um pedaço de paraíso, onde a vida perfeita seria possível.

Entretanto, o fato de um professor de ciências não desejar para a Ilha a preservação e, sim, aquele tipo de “progresso”, era o que mais iria me assustar, depois que me aproximei do movimento ambientalista. Esse tipo de olhar quanto às questões ambientais marcava uma tendência que só a história poderia nos mostrar. Naquela época não se discutia, ainda, pelo menos no Brasil, as necessidades de preservação, mas sim, a necessidade do “progresso”.

Diferentemente dessa atmosfera de descompromisso que envolvia grande parte das questões ambientais da época, marcada, na maioria das vezes, por interesses econômicos, todas as vezes que freqüentava a Ilha desejava sua conservação. Em 1993 fui junto com um grupo de ambientalistas do Grude - Grupo de Defesa Ecológica - ao qual pertencia, para um encontro de Educação Ambiental e vivência com a natureza. Desde então tenho acreditado que a Ilha deve ser objeto de cuidados especiais, não só pela beleza, mas pela relevância que tem dentro do ecossistema de Mata Atlântica¹, e passei a adotá-la como uma preocupação ecológica.

¹ A Mata Atlântica é hoje considerada um ecossistema tropical de grande biodiversidade, sendo também referida como um dos ecossistemas em maior risco de extinção do planeta, restando apenas 8,8% de sua floresta original. A Ilha Grande hoje guarda todos os micro-ecossistemas litorâneos de Mata Atlântica, possuindo espécies endêmicas e características muito particulares de preservação e biodiversidade.

Naquele momento, com a iminência do fim do presídio, já se discutia o que fazer no local. Surgiu então a disputa entre “hotel de cinco estrelas com capital internacional e contrapartidas públicas e centro de pesquisa para a universidade do Estado”. É claro que, para os ambientalistas, a melhor opção era a universidade. Aconteceu: o presídio no “paraíso” foi derrubado em 1994 e o Governo do Estado cedeu a área da Vila Dois Rios para a UERJ desenvolver pesquisas na área de Meio Ambiente². Desde então as viagens de presos “de alta periculosidade” e presos políticos foram substituídas por viagens de estudantes, pesquisadores e “muito turista”.

Nesse novo movimento, muita coisa aconteceu com a Ilha Grande, com suas belezas naturais e, principalmente, com o modo de vida do seu povo. Em paralelo a todos esses acontecimentos, fui me aproximando cada vez mais das questões ambientais e das Ciências Sociais³. Comecei a perceber que em alguns projetos de Educação Ambiental, por exemplo, as questões que se queriam discutir tinham muita relevância para os educadores, mas quase nenhuma para as comunidades atendidas. Comecei a notar uma distância entre os saberes, os valores e as linguagens que cada um dos lados tinha para com a natureza, como também para com as relações sociais que estavam estabelecendo.

Assim, quando fui convidado pela professora Rosane Prado para ser um dos bolsistas de Iniciação Científica em sua pesquisa antropológica, que tinha como objetivo fazer um levantamento das culturas das comunidades da Ilha Grande e sua relação com o meio ambiente, achei que estava encontrando um caminho para alimentar uma mistura de militante social com militante ecológico. Além disso, teria a oportunidade de desenvolver alguma atividade com as comunidades locais, interesse que sempre havia tido em minhas viagens anuais para a Ilha.

O campo de trabalho foi muito proveitoso. Fazer uma pesquisa com trabalho de campo na forma clássica da antropologia era a experiência mais interessante em todos os anos de universidade. O trabalho na Vila Dois Rios, ex-sede do antigo

² Com o fim do Instituto Penal Cândido Mendes, o então governador Leonel Brizola cedeu a área da Vila Dois Rios, que abrigou o antigo presídio, para a UERJ desenvolver pesquisas na área ambiental. Ali foi então montado, no prédio do antigo batalhão de polícia que serviu ao presídio, o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável-CEADS.

³ Em 1996 participei de Projetos de Educação Ambiental em comunidades de baixa renda junto com o Grude-Grupo de Defesa Ecológica. Na ocasião fazia a ponte com escolas no entorno da construção da Linha Amarela e coordenava o Grude Mirim, um projeto com os jovens da região. Participei também, na mesma época, de um curso do ISER, “Teoria e Práxis do Meio Ambiente”; na ocasião tive um aproximação com as Ciências Sociais e uma identificação maior com a Antropologia, o que veio a me influenciar pelo curso de Ciências Sociais da UERJ.

presídio da Ilha Grande e atual sede do CEADS-Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, proporcionou-me muitos aprendizados. Além de ter sido um ótimo primeiro campo antropológico, a convivência com pesquisadores de várias áreas das Ciências Naturais permitiu-me um aprofundamento nas questões ambientais em uma escala maior do que os conhecimentos de um leigo e do senso comum.

No entanto, um fato foi marcante para a minha vivência como pesquisador, e veio a influenciar a pesquisa cujos resultados parciais apresento agora: a incompatibilidade entre os saberes dos educadores ambientais e das comunidades. Também o tempo que passei na Vila Dois Rios, convivendo com moradores e pesquisadores, reforçou as idéias que tinha sobre essa relação. Na maioria dos casos, existia um grande desencontro entre saberes, em que, de um lado, tínhamos cientistas formados, conhecedores das questões ambientais e “cientes” da necessidade de se “educar” a comunidade para que se estabelecesse um convívio “correto” com o meio ambiente. De outro, tínhamos as pessoas de uma comunidade, já fixada naquele local, e que já carregavam uma forma própria de se relacionar e valorar o ambiente com o qual conviviam há anos, se sentindo invadidas por gente de classes diferentes, tentando muitas vezes lhes dizer o que fazer e como devem agir com a natureza.

Era provável que a relação se desgastasse em pouco tempo. Mas a questão que me levou a desenvolver minha pesquisa era a de tentar entender qual caminho poderia ser seguido para tornar um projeto de Educação Ambiental eficaz. Minha hipótese era a de que, antes de qualquer interferência por parte dos “educadores”, uma pesquisa antropológica seria necessária para se conhecer o grupo para, então, partindo-se de suas próprias representações, saberes e rotina local, ser possível construir em conjunto um projeto de Educação Ambiental. Acreditava que o caminho era o de, num primeiro momento, incentivar os grupos locais a buscar, por seus próprios interesses, os assuntos que mais os intrigavam e tinham a ver com seus questionamentos no momento. Dessa forma o projeto se tornaria dinâmico, e o grupo focado tenderia a ser ele mesmo o condutor dos novos saberes para toda a comunidade, tornando estes saberes acessíveis a todos do mesmo *campus*, enquanto o conhecimento era propagado pela própria linguagem do grupo. O que procurei na pesquisa foi fazer uma análise do discurso e das práticas ambientais de jovens da Vila do Abraão e Dois Rios, em especial os jovens da Brigada Mirim

Ecológica da Ilha Grande, considerando-se as transformações que vêm ocorrendo na Ilha; e tentar entender como um “discurso ambiental” se estabelece, qual a sua relação com a identidade do grupo, e como as práticas ambientais são engendradas no tempo e em relações sociais locais. Procurei observar também os saberes e os valores do grupo em relação à natureza, para entender, a partir daí, como as práticas são diretamente influenciadas pelos temas clássicos da “questão ambiental”, e como uma interação a partir da Educação Ambiental pode ser possível. Em resumo, a idéia da pesquisa era buscar uma metodologia que possibilitasse uma educação ambiental com base em troca de saberes e interação entre grupos distintos, tendo como fio condutor os valores, os interesses e a dinâmica social do grupo ou comunidade envolvida.

A questão central da pesquisa não se resume, entretanto, à elaboração de projetos de Educação Ambiental. O que se propõe é tentar buscar múltiplos caminhos de empoderamento e participação de grupos e comunidades locais em assuntos ligados às questões locais ambientais e de desenvolvimento, podendo ser a educação ambiental uma possibilidade de trabalho com determinados grupos⁴.

Nesse caminho, o estudo da Educação Ambiental tem me suscitado algumas reflexões. Desde 1972, quando houve a Conferência de Meio Ambiente de Estocolmo e começa-se a discutir a necessidade de uma educação ambiental para o homem moderno, levando em consideração que o modelo vigente de desenvolvimento não era satisfatório e que em pouco tempo a disponibilidade dos recursos naturais entraria em colapso, as conferências e encontros mundiais passaram a apontar na direção de uma educação ambiental que “restabelecesse” a relação do homem com a natureza. Em 1977 a conferência de Tblisi define recomendações para a Educação Ambiental, duas das quais dizem o seguinte:

“c) um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e a habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente.” (Recomendação N°1)

⁴ Entendo *empoderamento e participação* como uma autogestão de recursos ambientais, econômicos e políticos que proporcione, não só aos indivíduos, mas aos grupos, uma emancipação da dependência social e política e promova, a partir de uma consciência coletiva que leve em consideração a dinâmica das relações sociais globais e da sua relação com o Meio Ambiente, à gestão da dinâmica social local.

“g) contribuir, desse modo, na busca de uma nova ética fundada no respeito à natureza, ao homem e à sua dignidade, ao futuro e à exigência de uma qualidade de vida acessível a todos, com um espírito geral de participação.”(Recomendação nº 4)⁵

Essa questão aparece como uma filosofia de salvação do mundo; sendo assim, o problema estaria resolvido, com a aplicação da Educação Ambiental para todos os povos para encontrarmos o mundo perfeito. Esse é o ponto principal das minhas reflexões quando questiono o tom universalizante dessas premissas. Não quero aqui criticar os avanços das conferências, nem mesmo discordar de suas recomendações. Pelo contrário, acredito que as conferências tiveram um papel fundamental para o avanço da discussão sobre Meio Ambiente, e acredito também que muitas de suas recomendações continuam atuais e devem ser levadas em consideração. A discussão que proponho com este trabalho é no sentido de voltarmos as atenções para os saberes locais, seus valores e as práticas que grupos e comunidades tradicionais, indígenas ou não, têm tido em relação à natureza⁶. Comumente vemos metodologias baseadas em saberes científicos e alarmistas com intenções de fazer uma educação de cima pra baixo e que, muitas vezes, por não se adequarem aos saberes e linguagens do grupo, acabam em tentativas frustradas de “educação ambiental” que passam a ter valor apenas em relatórios e seminários, ignorando a continuidade da vida das comunidades no seu próprio meio ambiente.

As soluções propostas pelas grandes conferências são diretrizes que se baseiam em modelos de desenvolvimento que não necessariamente são aplicáveis nos diversos países em diferentes situações econômicas, o que acaba por não contemplar suas realidades. O que se pode observar é que algumas culturas, em especial as ocidentais, desenvolveram, desde a revolução industrial, uma forma insustentável de usos dos recursos naturais para a futura existência do próprio homem e demais espécies, e essa forma de apreensão da natureza tornou-se, com a globalização, a tendência a um padrão mundial, que por sua vez não é aplicável em localidades distantes dos grandes centros urbanos e que carregam, por isso, suas formas próprias de uso dos recursos naturais.

⁵ Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977 (grifos meus).

⁶ A C. Diegues, embora chamando a atenção sobre as dificuldades de definição do que seja “comunidade tradicional”, defende um argumento semelhante no que diz respeito à presença de populações em Unidades de Conservação. (Diegues 1998)

Nesse quadro, a “questão ambiental” tem sido comumente tratada como a questão da *biodiversidade*, onde todas as ações para minimização ou controle dos problemas consideram a *biodiversidade* como o verdadeiro valor a ser preservado, no sentido de resgate de áreas naturais para os usos dos “homens da cidade”. Essa forma de olhar e tratar a natureza nos ensinou sobre a importância da Amazônia e de suas florestas, do efeito estufa, da Mata Atlântica, dos perigos da poluição, do desmatamento, das belezas naturais do território brasileiro, enfim, da necessidade da “preservação ecológica”. No entanto, não é só de *biodiversidade* que tem vivido a questão ambiental. Apesar da relação antrópica ser considerada em todos os impactos e problemas que a natureza possa apresentar, pouco acompanhamos, de fato, como a relação homem x natureza tem transcorrido, e quais os impactos e condicionantes dessa relação em escala local e global. As políticas públicas e programas de desenvolvimento tendem a descartar os programas sociais e aplicar programas econômicos que se referem às práticas da globalização, ignorando as diferentes necessidades sociais, o que proporciona uma degradação social crescente, que por sua vez engrossa o caminho da degradação ambiental, criando um círculo vicioso onde a qualidade de vida passa a ser a maior prejudicada.

A questão cultural, certamente, tem sido pouco reconhecida e, na maioria das vezes, ignorada no que diz respeito à diversidade de relações com o meio ambiente. Nesse sentido, “a Educação Ambiental” acaba por considerar apenas os riscos e problemas identificados pela ciência ocidental, acreditando que uma globalização do entendimento do problema possa garantir o “novo” desenvolvimento, chamado de “sustentável”, deixando de lado, sem consideração, as diversidades culturais e sua importância para a conservação da *biodiversidade* e da qualidade de vida de diferentes populações.

E aqui se coloca uma reflexão fundamental sobre a relação homem x natureza que aponta para o fato de que não há preservação de diversidade biológica que não tropece em diversidades culturais. A análise que procuro fazer nesta pesquisa está baseada na observação da cultura dos jovens ligados à Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, a partir de sua relação com o meio ambiente, e no entendimento de como a realidade local de grupos e comunidades interfere na formação de representações sociais sobre o tema da natureza, seus discursos e suas práticas. Está também baseada na premissa de que “problemas ambientais”

não são necessariamente da responsabilidade de grupos e comunidades locais, mas de modelos de desenvolvimento que ignoram as realidades locais, sejam ambientais ou culturais, acabando por desequilibrar a relação homem e natureza.

Um pequeno passeio pelo país, ou mesmo pelo Rio de Janeiro, pode ilustrar milhões de formas de organização social, seus costumes, seus hábitos, suas festas, formas de relacionamento com a política, com a economia, seus modos de valorar a vida, as coisas e a natureza. As comunidades locais se mantêm no desenrolar de suas histórias e criam laços simbólicos com o mundo que as cerca, seja esse mundo físico (natureza) ou simbólico (cultura). Esses laços definem mesmo suas formas de agir, e é com os *saberes* constituídos por essas comunidades que elas se relacionam com o mundo. Nesse sentido, reconhecer as identidades locais, o meio ambiente do entorno e os esquemas simbólicos que estão em jogo é o que permite fazer uma análise das formas de relacionamento de modo a propor projetos participativos que possam garantir a sustentabilidade dos ecossistemas e a qualidade de vida das populações, sem ferir o seu senso ético, nem ignorar os seus saberes.

Mas essa reflexão não se restringe somente às comunidades num sentido estrito. Podemos pensar também em diversidades culturais quando tratamos de grupos, o que pode aprofundar nossa análise quando consideramos que toda “comunidade” é composta por uma diversidade de “grupos”. Nesse sentido, se multiplicam as diversidades culturais e se abre um mundo de observação da relação dos homens entre si e com a natureza. A Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro é um bom exemplo de diversidade, seja ela biológica ou cultural. Nela, encontram-se todos os ecossistemas litorâneos de mata atlântica – restinga, florestas, mangue, etc – e diversas comunidades espalhadas por suas praias, cada uma com seu modo de vida e seus diferentes segmentos disputando essa diversidade biológica.

Vale ressaltar ainda que a proposta não é a de ver uma comunidade apenas como um espaço territorial delimitado, com administração específica e características ambientais e culturais bem definidas, mas sim como um espaço de relações sociais, marcado por identidades, conflitos entre grupos, disputas simbólicas, *habitus* e costumes próprios. No caso da Ilha Grande, cada praia tem uma história, uma marca de identidade que carrega em si modos de vida, códigos e maneiras próprias de valorar a natureza e se relacionar com ela. Enquanto, de um lado, a “questão ambiental” pode aparecer como a grande questão da Ilha, de outro

lado, a forma de relação das comunidades locais com a natureza, seus valores e tradições vão desaparecendo num cenário de turismo e especulação imobiliária, no qual o paraíso é reificado tornando-se objeto de uma disputa – entre diferentes segmentos da população, órgãos públicos e entidades diversas da sociedade civil, para marcar “quem entende do paraíso?” (cf. Prado 2002).

Este trabalho é, portanto, fundado no reconhecimento desses aspectos e na perspectiva de desvendar outros tantos aspectos da realidade local que permitam a realização de uma proposta de Educação Ambiental baseada na troca de saberes. E por isso ele é também o resultado do cruzamento, ou da soma, de um projeto de extensão com um projeto de pesquisa – que continuam a acontecer. Na primeira parte, abordo as questões que envolvem a metodologia aplicada à pesquisa e como ela transcorreu no campo, indo das primeiras observações às mudanças de referencial que permitiram um contato maior com o grupo pesquisado, e que por sua vez influenciaram os caminhos a serem percorridos. Na segunda, procuro sintetizar os resultados da pesquisa apresentando, a partir do que percebi como as formas pelas quais “a ecologia” é traduzida e vivenciada pelo grupo, as maneiras como eles se relacionam com as “questões ambientais”; ou seja, três formas correspondentes, respectivamente, ao seu discurso, à sua prática e à sua interação com projetos/programas “de fora”. E na conclusão procuro apresentar, de um lado, o que foi observado pela interação metodológica que adotei e, de outro, as questões que ainda ficaram abertas para futura consideração, bem como algumas considerações sobre a relação de projetos de Educação Ambiental com Saber Local.

PARTE 1 – UMA PESQUISA E DOIS PROJETOS

Nesta parte abordo três tópicos: 1) sobre a metodologia de campo e o uso de várias abordagens, em referência ao Projeto de Informação Ambiental “Ilha Jovem”; 2) sobre a Brigada Mirim, sua história e relação com os jovens e a comunidade e 3) sobre as primeiras trocas/impactos interacionais com o grupo no campo. A elaboração desses aspectos visa conduzir o leitor a entender como a pesquisa foi feita e em que contexto, o que considero como parte importante da própria pesquisa e condição para a compreensão dos resultados da mesma.

1.1) Metodologia do trabalho de campo: o Projeto de Informação “Ilha Jovem” como espaço e motivo da troca de saberes

As abordagens metodológicas que permitiram realizar esta pesquisa passaram por diferentes estágios, sendo norteadas pela aproximação com o grupo e com as formas possíveis de coleta de dados.⁷ No entanto, a questão inicialmente proposta continuou sendo a mesma, que era entender a participação de grupos em projetos de educação ambiental, nos quais a relação com esses grupos reorienta a cada momento a condução e a própria metodologia dos projetos.

Tendo começado a pesquisa como bolsista de Iniciação Científica, as observações tinham como objetivo entender as formas pelas quais os jovens da Vila Dois Rios e do Abraão pensavam, entendiam e se relacionavam com “questões ambientais”. O estágio em antropologia com o projeto da professora Rosane Prado, que tinha como objetivo mapear as etnoecologias nativas - as visões de meio ambiente das comunidades da Ilha e suas condicionantes culturais - orientou essas primeiras observações, feitas através de entrevistas abertas e observação participante. As entrevistas eram guiadas por questões referentes ao cotidiano local, às histórias de cada entrevistado e, procurávamos perceber se e como o que se

⁷ O campo ficava a cinco horas de distância da cidade do Rio de Janeiro, onde morava. Portanto, em meio às aulas de graduação e o cotidiano, era difícil, nos primeiros anos, antes de me tornar professor do colégio local, fazer um campo mais dinâmico, acompanhando os fatos na medida em que eles aconteciam. Assim, só restavam os finais de semana para a observação.

pede entender como questões ambientais aparecia e dentro de qual sistema de classificação.

Aproximações anteriores com atividades ecológicas e com grupos jovens suscitaram algumas dúvidas e o conseqüente interesse sobre os trabalhos realizados pela ong *Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande*, o que me incentivou ainda mais para o trabalho com os adolescentes que a compõem. Trata-se de uma ong que desenvolve atividades relacionadas à preservação ambiental e consciência ecológica envolvendo jovens entre 14 e 17 anos da Ilha Grande – a ser descrita adiante. Como a minha intenção não era fazer uma pesquisa puramente antropológica e, sim, avaliar a relação destes jovens com projetos participativos em Educação Ambiental, foi desenhado um projeto que pudesse aproximar ainda mais o grupo, criando um campo produtivo de observação.

A idéia casava com uma certa curiosidade desse grupo de jovens em relação à presença da UERJ na Ilha. Observávamos que a UERJ desenvolvia diversas pesquisas ambientais na Ilha mas não retornava às comunidades para apresentar seus resultados. Isso causava grandes desconfortos toda vez que alguém da UERJ entrava em contato com as comunidades. Como até então as pesquisas desenvolvidas no CEADS eram pesquisas relativas às ciências naturais, o contato entre pesquisadores e comunidades se resumia à troca de pequenos serviços e quase nenhuma interação. A universidade, nesta época, não gozava de uma boa imagem, pois, tendo ela ocupado de certa forma o lugar do presídio - antes a grande presença da Ilha – precisava mostrar a que tinha vindo (cf. Sousa 2002 e Prado 2000 b). No entanto, o que se via, eram apenas Toyotas circulando com professores e estagiários com mochilas e tênis de turistas para cima e para baixo sem que ninguém das comunidades soubesse o que estava acontecendo. Se, antes, as comunidades formadas por caiçaras e ex-policiais, tinham o controle de tudo, pois “cuidavam” do presídio e o presídio cuidava deles agora não tinham mais conhecimento nem do que estava acontecendo. Nesse quadro, uma pergunta fazia-se constante entre os jovens; “qual é a finalidade disso aí?”, referindo se à presença da UERJ e do centro de pesquisas.

Da constatação desses fatos surgiu o projeto de Extensão batizado como Projeto de Informação Ambiental “Ilha Jovem”, como uma forma de aproximar as pesquisas desenvolvidas pelos jovens estagiários da UERJ dos jovens da Brigada

Mirim e dos colégios locais para uma troca de saberes, além de se criar um ótimo campo de observação⁸.

A abordagem, que anteriormente era feita com entrevistas abertas e observação participante e que durou cerca de um ano, contando com uma média de uma a duas visitas por mês, ficando-se nos finais de semana na Vila Dois Rios e Abraão, tornou-se, com o início desse projeto, uma abordagem mais participativa. Certamente todo o material coletado anteriormente direcionou a própria montagem do projeto e criou as possibilidades de interação com o grupo, o que me permitiu acompanhá-los mais de perto em suas atividades.

Na mesma época do início do projeto, como forma de aproximação com escolas e colégios locais, aproveitei a carga horária de estágio que deveria cumprir para a licenciatura em Ciências Sociais da UERJ para acompanhar os projetos e atividades já em desenvolvimento na Vila do Abraão. Essa aproximação facilitou as parcerias locais, introduzindo-me no mundo dos jovens de uma forma mais direta. Com a falta de um professor de Sociologia e Filosofia no colégio de ensino médio da Vila do Abraão, fui convidado para ser professor e desenvolver o projeto “Ilha Jovem” dentro de sala de aula. Essa nova aproximação dinamizou em muito as observações, permitindo, além de acompanhar o cotidiano dos jovens e de participar um pouco da vida da comunidade, desenvolver dinâmicas de Grupo Focal em sala de aula. Como professor de disciplinas diferentes⁹, tive oportunidade de discutir diversos temas com vários grupos de jovens. A partir daí, as idas para a Ilha passaram a ser constantes, pois as aulas eram ministradas às quintas e sextas, além de eu permanecer na Vila do Abraão muitos finais de semana.

O projeto “Ilha Jovem” tinha alguns objetivos diretos. Um deles era, como já foi dito, aproximar a UERJ da comunidade, trazendo as pesquisas desenvolvidas no CEADS para serem apresentadas nos colégios e escolas locais. Deste objetivo surgia a oportunidade de uma circulação de informações ambientais sobre a Ilha que pudesse estimular o interesse dos jovens por temas específicos e analisar como eles recebiam e codificavam estes novos saberes. Porém, poucos encontros entre pesquisadores e jovens foram realizados, totalizando um número de 8 seminários. Como as pesquisas do CEADS eram realizadas nos finais de semana, e

⁸ Projeto em anexo

⁹ Ministrava aulas de Sociologia para as turmas de 3º ano, de História da Arte para turmas de 2º ano, Filosofia para as turmas de 1º ano, e Educação Ambiental para as três turmas. Fiquei no Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega de setembro de 2001 até o final de 2002.

as equipes viajavam para a Ilha em média uma vez por mês, as visitas aos colégios ficavam restritas a interesses pessoais dos pesquisadores e eventos como as Semanas de Meio Ambiente da UERJ na Ilha. Com a dificuldade de realizar todas as atividades previstas no projeto, principalmente por falta de verba, a solução para a pesquisa foi a de acompanhar as atividades da Brigada, apresentando vídeos para os brigadistas e, no colégio durante as aulas de Educação Ambiental, além de desenvolver um jornal para acompanhar a participação dos jovens, observar suas representações e discursos.

Inicialmente, a idéia era montar uma cartilha de Educação Ambiental com os jovens para ser distribuída na Ilha, mas seus interesses apontaram para a confecção de um boletim dentro do colégio, o que já fazia parte de suas aspirações. Os trabalhos em torno do jornal e nas aulas tornaram-se um ótimo campo de observação; por detrás destas atividades pude perceber o *campus* constituído por este grupo de jovens e o *habitus* engendrado em suas ações e discursos (Bourdieu 1998). A prática cotidiana, sua relação com temas ecológicos e o valor que davam a estes temas mostrava, também, como eles se relacionavam socialmente com os envolvidos nas chamadas “questões ambientais da Ilha Grande”. O próprio nome escolhido para o jornal – *Voz Nativa* – refletia uma necessidade destes jovens de participar dos assuntos de interesses comunitários, mostrando que, além de querer expressar suas opiniões, se sentiam excluídos das decisões políticas referentes às vilas do Abraão e Dois Rios.

A dinâmica do projeto passou então a acontecer em volta da publicação do *Voz Nativa*, pois ele tinha atraído a atenção dos jovens e da comunidade. Todas as outras atividades, de alguma forma, passaram a ser motivos para o fomento do jornal. Sua publicação era uma demonstração do que eu previa inicialmente no sentido de que os saberes do grupo, seus interesses e valores devem ser levados em consideração visando uma prática interacional e dialógica em projetos ambientais.

Com a atração dos jovens pelo jornal ou, mais precisamente, pela oportunidade de estarem “ativos” através dele, várias outras atividades foram possíveis, como um programa de limpeza de praias, com brigadistas e alunos do colégio. Infelizmente, por falta de recursos e infra-estrutura, esta atividade também não teve o prosseguimento que os jovens esperavam. Entretanto, me permitiu perceber o quê lhes interessava e do quê e por quê participavam.

A associação de um projeto de educação ambiental com um projeto de pesquisa sugere caminhos de observação que conduzem a um levantamento de informações que talvez não fosse possível em um curto espaço de tempo. Essa abordagem criou uma dinâmica na relação pesquisador/pesquisado favorecendo o surgimento de questões e atitudes por parte do grupo que de outro modo não teriam aflorado. Isso permitiu, além de uma pesquisa sobre a cultura destes jovens, avaliar a condução de um projeto de educação ambiental que tem como intenção o empoderamento e a participação deste grupo nas questões locais.

A troca de saberes e o estímulo à busca de informações foi a metodologia que possibilitou intercalar um projeto de pesquisa com um projeto de Educação Ambiental. A troca de saberes propiciada pelo encontro com os pesquisadores da UERJ e os vídeos levou a estes jovens muitas reflexões sobre informações que não estavam em seu cotidiano e que não faziam parte de suas rotinas e questões de interesse. A “informação”, sem a intenção de “educar ambientalmente” e sem um caráter impositivo deu oportunidade a estes jovens de recebê-la sem a obrigação em reproduzi-la, mas decodificando-a dentro de seu sistema de classificação onde seus saberes sobre o ambiente local eram o eixo de apropriação de novas informações e estas podiam passar a ser também saberes que influenciavam seu *habitus* e possivelmente sua ação.

1.2) Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande: 12 anos de atividades na Ilha

A Brigada Mirim foi criada no verão de 1989, com a preocupação de moradores, empresários e donos de casas de veraneio pela preservação da Ilha Grande. Sua intenção era envolver *“adolescentes em idade escolar, na faixa etária entre 14 e 17 anos de idade, ... , os quais se dedicam durante 3 horas diárias à tarefa de limpar as trilhas e praias na Ilha Grande, mediante a concessão de uma bolsa auxílio no valor mensal de meio salário mínimo”*¹⁰

Hoje são pelo menos 54 brigadistas espalhados pelas praias da Ilha, e suas atividades, que deveriam estar também direcionadas para a conscientização de turistas, reflorestamento e Educação Ambiental, estão resumidas à limpeza de

¹⁰ Site da Brigada Mirim: www.brigadamirim.org.br

praias, coleta seletiva de lixo¹¹ e distribuição de folhetos informativos nas chegadas das Barcas S.A. Como mostra seu site, a visão de seus criadores e patrocinadores era de que o *“turismo desordenado - agravado depois da desativação do Presídio “Dois Rios” - , aliado à falta de opções de renda para o morador tradicional da Ilha, vem se constituindo em séria ameaça à preservação dos ecossistemas existentes e à qualidade de vida”*¹². Por isso, desenvolver atividades de Educação Ambiental com os jovens locais seria uma forma de preservar a Ilha e garantir suas belezas naturais. No entanto, as atividades de Educação Ambiental não duraram muito tempo, por dois motivos: diminuição do número de patrocinadores e mudança na coleta de lixo pela Prefeitura de Angra dos Reis.

Muitas críticas são feitas ao trabalho da Brigada, no que diz respeito ao uso de jovens menores como catadores de lixo. No entanto, para estes jovens, a Brigada Mirim é vista como uma forma de conseguir um primeiro emprego “e ganhar responsabilidade”. Suas famílias sentem orgulho de ter seus filhos na Brigada, pois isso mostra que eles são jovens responsáveis, ajudam em casa e são estudiosos – para estar na Brigada Mirim eles “devem estar estudando e sem reprovação”.

A maioria dos jovens da Vila do Abraão e Dois Rios já passou pela Brigada Mirim, fazendo dela a mais representativa instituição local com envolvimento dos antigos moradores da Ilha. Isso faz da Brigada uma grande ponte de troca com a comunidade, pela aceitação que ela tem por parte das famílias, dos turistas e dos comerciantes locais. Daí ter ela constituído o interesse inicial desta pesquisa. Acompanhar uma ong que trabalha com jovens nativos da Ilha desde 1989 era entender como as representações sobre meio ambiente foram formadas no discurso daqueles que participavam de suas atividades, sem contar que seus componentes formavam um grupo específico de jovens que de alguma forma já estavam relacionados com práticas de educação ambiental e “atividades ecológicas”, o que permitia uma aproximação maior para as atividades do “Ilha Jovem”.

Mas, como mostrarei adiante, pude constatar que o envolvimento dos adolescentes com a Brigada não é um envolvimento com motivos “ambientais”. Sua relação tem mais a ver com questões do próprio grupo – ou comunidade da qual fazem parte – e estão representadas por eles de uma forma nada relacionada com ecologia ou preservação. A Brigada Mirim para estes jovens é vista como uma

¹¹ A Brigada Mirim já foi considerada pela Latasa a maior catadora de latas de alumínio do país, fazendo de Angra dos Reis o município com maior montante de troca destas latas.

¹² Site da Brigada Mirim: www.brigadamirim.org.br

instituição de fora, com “donos” empresários, e que para eles significa uma etapa com alguns retornos financeiros. Nesse sentido, cabe lembrar que a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande foi fundada por alguns moradores e empresários donos de casas na Ilha Grande. Entre eles os mais representativos são a família Klabin, a Petrobrás, o Ziraldo, e mais recentemente Porto Galo, uma marina de Angra dos Reis

1.3) A relação no campo: da distância à proximidade

O trabalho de campo talvez tenha sido para mim o maior aprendizado. Não pela descoberta de caminhos, metodologias, “manhas” ou pelas doses de bom senso adquirido, mas pela aproximação com “o outro”, o reconhecimento de sua alteridade e a descoberta de novas formas de olhar e apreender o mundo.

No caso desta pesquisa, acredito que o trabalho de campo nos moldes desse que estabelece um convívio intenso com a comunidade seja extremamente necessário, pois de outro modo não seria possível perceber a construção do discurso e das práticas na sua relação com o momento histórico pelo qual passa a comunidade e com questões que, por isso, se tornam tão relevantes para o grupo pesquisado.

O dia a dia no campo propicia mudanças na nossa percepção e um refinamento da nossa interpretação dos fatos. Um exemplo disso é a indiferença que o grupo de jovens demonstrava na relação comigo ou qualquer outro que não seja *nativo* quando da sua aproximação. Num primeiro momento, o que parecia/aparecia era que eles não tinham o que contribuir quanto às questões ambientais locais, sua melhor participação seria a aceitação do que “era melhor para eles”. No entanto, o contato mais profundo mostrou que a apatia, o ser refratário, era uma forma de dizer: “não concordamos com isso!”. Era uma forma de mostrar que se não for de um jeito, não será de outro. E uma forma de mostrar, também, que para eles o caminho ou a dinâmica a ser seguida, levando em consideração seu tempo de lidar com as coisas, era outro, que tinha mais a ver com sua linguagem, seus saberes e sua forma de apreender os problemas que aconteciam na Ilha e nas vilas onde vivem.

Por esse e por outros motivos, o campo, para a pesquisa que venho fazendo é de extrema necessidade, considerando que avaliar a participação não é apenas saber se o grupo está presente fisicamente, mas entender a relação deste grupo com a situação e como/por que ele se posiciona de uma forma e não de outra. Descobrir caminhos para a Educação Ambiental ou para a “participação do grupo” só é possível com um exaustivo trabalho de campo, onde o grupo ou comunidade indicará junto o que é pertinente ou não.

A identidade na Ilha é muito bem marcada pelos nativos. Quem não é *nativo* é um “*não nativo*”, e mesmo que o tempo aproxime *nativos* de *não nativos*, estes últimos continuarão sendo “*não nativos*”¹³. Mas o interessante é que para ser nativo não é preciso necessariamente ter toda sua ancestralidade na Ilha. Antigos funcionários do presídio, quando se casam com nativas e têm filhos, passam a ser aceitos como nativos. Sobretudo se forem crentes e freqüentadores das Assembléias de Deus locais (cf. Prado 2003b). Ser nativo é, quase, uma afirmação de classe, de pertencimento a um grupo que compartilha códigos e valores próprios, e, principalmente, que não está ali, na Ilha Grande para contrariar estes códigos e valores.

Segundo uma certa perspectiva dos nativos, o *não nativo* é alguém de fora. Que veio para “usufruir” das belezas da Ilha Grande – que é dos nativos –, alguém que nunca vai pertencer ao grupo dos *nativos*. Nesse quadro estão todos aqueles que vieram para comprar uma casa de veraneio, para montar um negócio, para freqüentar a Ilha, para pesquisar, para trabalhar e ocupar o mercado de trabalho. O *não nativo* é também aquele que veio para trazer a mudança, para dizer, a partir de agora, como as coisas vão ser feitas. O *não nativo* – segundo a visão dos nativos – é responsável, querendo ele ou não, sabendo ele ou não, pelos males que vieram para a Ilha.

Esse quadro é marcante para todos os nativos e não nativos. Estando na escola como professor, no posto de saúde como médico ou na praça como turista, o *não nativo* “não é do lugar”, “não conhece a Ilha Grande” – mesmo que em alguns casos tenha rodado toda a Ilha dezenas de vezes enquanto alguns nativos só conheçam a praia onde nasceram.

¹³ Nos trabalhos que vem produzindo a partir de sua pesquisa na Ilha Grande, Prado tem focalizado a questão da polaridade entre nativos e não nativos como um aspecto estrutural nas relações sociais locais. Considera que isso é particularmente visível no Abraão, onde convivem tantos segmentos diversos em razão das mudanças trazidas pela intensificação do turismo. Ver especialmente Prado 2002, 2003a e 2003b.

Durante o primeiro ano de pesquisa, notava que minha aproximação com os jovens não passava de aproximações pessoais. Ainda não tinha sido aceito pelo grupo como alguém que pudesse circular em seu meio, que entendesse seus códigos e seus interesses. Já tinha feito várias amizades entre eles, mas era visto como alguém de fora, da UERJ, um *não nativo*. Mesmo acompanhando seu cotidiano há um tempo e sendo conhecido de todos, não existiam motivos para pertencer ou ser aceito pelo grupo. Mesmo que houvesse alguma curiosidade deles sobre o que eu fazia, ainda assim, preferiam marcar uma distância.

As informações que conseguia em entrevistas eram na maioria das vezes uma tentativa deles de dizer algo que gostariam que eu soubesse, como reclamações e queixas sobre os *não nativos*, sobre a política ou qualquer coisa que estivesse acontecendo na qual a participação do seu grupo fosse ignorada. Nestas entrevistas, sentia falta de discursos abertos, nos quais eles expressassem confortavelmente suas idéias pessoais. Com o tempo notei que o que eles falavam era como frases feitas que qualquer membro do grupo falaria para alguém de fora. Eu ainda era alguém de fora que “deveria saber” o que “eles” achavam.

Com minha aproximação com a escola municipal, um espaço nativo – diferentemente do colégio estadual, que por ter recente administração local, ainda não é considerado um espaço nativo – passei a ser mais aceito como alguém que demonstra interesse pela comunidade. Passei também a compartilhar algumas de suas preocupações e entender seus códigos. Ao mesmo tempo, as idas constantes à Brigada Mirim para passar ou levar vídeos de interesse dos jovens foi aumentando meu espaço de interação com eles e proporcionando uma abertura maior nos diálogos que tinha com aqueles que eram considerados líderes entre eles.

Quando me tornei professor do colégio percebi nas primeiras aulas que alguma coisa poderia acontecer. Ou seria rejeitado como muitos outros professores são - ainda mais por ter a idade de muitos deles, tive receio desse fato causar um distanciamento - ou seria aceito e conseguiria uma aproximação maior com o grupo e seu cotidiano; e foi isso que aconteceu.

O tempo na comunidade foi criando uma proximidade em que os jovens passaram a me identificar como alguém de fora que trazia coisas interessantes, e esse fato ficou mais claro para mim quando consegui levar um filme do Homem Aranha que eles queriam assistir e ainda estava passando no cinema. Ter conseguido a fita e levado para eles assistirem lhes mostrava o quanto eu tinha

amizade e me interessava por eles. Depois deste dia passei a perceber que me pediam filmes, opiniões, e já contavam coisas sem que eu perguntasse. Para mim era como se já estivesse sendo aceito.

A primeira edição do jornal *Voz Nativa* talvez tenha sido o divisor de águas entre ser ou não aceito, envolvendo episódios de um modo que remete ao famoso artigo de Geertz (1978) sobre a briga de galos em Bali. Assim como naquele caso – em que o compartilhamento de uma situação delicada para os nativos propiciou de forma quase mágica a desejada acolhida por parte deles – no meu caso, depois que o jornal saiu, com os textos escritos por eles sem que eu tivesse cortado nenhuma de suas críticas e reclamações, passei a ser visto como alguém que participava da comunidade, e não mais como alguém de fora que estava ali apenas para pesquisar, dar aulas e usufruir da Ilha Grande. Não que eu tivesse virado nativo, certamente isso nunca iria acontecer, mas não era mais identificado como “os de fora” que ignoram ou vão contra o que eles acham. Um fato foi marcante para aproximar os jovens ainda mais. Assim que o jornal saiu, uma das matérias fazia referência a um desânimo da comunidade com o trabalho da polícia; no mesmo dia o comandante do destacamento local foi até a escola exigindo que o jornal deixasse de circular, e a diretora pediu que ele me procurasse, já que eu era o responsável pelo jornal. O comandante nunca me procurou e continuamos a fazer o jornal, que no segundo número trazia resposta ao acontecido (ver jornais anexos). O episódio rendeu queixas formais desse comandante junto à Secretaria Estadual de Educação, à regional de Angra dos Reis e à SR-2 na UERJ (responsável pelo Campus Ilha Grande), que foram ignoradas e/ou consideradas sem fundamento. Desde então os jovens passaram a me ver como alguém que concorda com suas idéias e os apóia. Desde então as conversas na praça, na barca ou nos intervalos do colégio eram recheadas de informações sobre suas intimidades, segredos e assuntos somente compartilhados entre eles. Tinha virado uma espécie de informante das coisas de fora da Ilha, e a troca de opiniões lhes era muito valorizada.

Essa proximidade permitiu, não só uma abertura para muitas informações, como também entender melhor os porquês de atitudes que eles tomavam diante de muitos fatos. Sua identidade, a história das relações sociais com outros grupos na Ilha e seus saberes/linguagem mostravam o quanto podiam ser previsíveis certas atitudes e até que resultado viria da participação em algumas atividades.

Não era mais um estranho para o grupo, e ele também não era mais estranho para mim. A observação passou a ser mais proveitosa entre seus familiares pois agora tinha virado um certo tipo de “professor”. Não era só alguém de fora, da UERJ, um *não nativo*. Ter virado esse professor com essas qualidades facilitava meu cotidiano com eles e com o resto da comunidade; eu era agora identificado de uma nova maneira.

PARTE 2 – AS TRÊS ECOLOGIAS DOS JOVENS DA BRIGADA MIRIM

Fazendo uma paródia ao título de Felix Guatary (*As Três Ecologias*, 2000), o que aqui abordo são as formas como as “ecologias dos jovens da Ilha” se manifestam. Coloco Ecologia aqui não como é conhecida no sentido vulgar - um conhecimento relacionado à preservação da natureza - mas, sim, como as formas pelas quais o grupo expressa, traduz e vivencia esse campo de questões referidas como ecológicas/ambientais.¹⁴

Uma dessas formas de expressão é a que vou chamar de “Ecologia do Discurso” e que aparece no colégio e nas entrevistas, tendo uma manifestação maior no nível mesmo do discurso. A segunda, que vou chamar de “Ecologia da Prática” é mais observada no cotidiano da Brigada Mirim e da comunidade, nas relações com atividades abertas, no comportamento. E a última, que chamo de “Ecologia da Interação”, é uma manifestação no nível das trocas simbólicas, e talvez a mais difícil de ser entendida e mostrada, pois carrega as marcas das duas primeiras e é observada na interação do grupo com as atividades do projeto “Ilha Jovem” e do jornal “*Voz Nativa*”.

Porém, para melhor entendimento da realidade e contexto desses jovens farei algumas observações iniciais que darão suporte às análises apresentadas em seguida sobre as “três ecologias” e como elas se expressam no contexto estudado.

Após a desativação e derrubada do Instituto Penal Cândido Mendes em 1994, a Ilha Grande, em especial a Vila do Abraão, vem sofrendo mudanças ininterruptas que incluem, entre outras, especulação imobiliária, aumento do fluxo turístico, e alterações do modo de vida local. A transformação de seu status, de um lugar perigoso associado a um presídio de segurança máxima para um lugar eleito como paraíso, tem sido acompanhada igualmente por transformações muito rápidas no ritmo de vida das famílias tradicionais e no cotidiano das vilas e praias (cf. Prado 2003b).

A pressão dos “de fora” tem impulsionado muitas famílias da Ilha a se transferirem para o continente, seja porque suas casas estão sendo vendidas

¹⁴ Talvez aqui se pudesse fazer uma analogia com a idéia de “etnoecologia”, no sentido usado por Prado em sua proposta de trabalho na Ilha, levantando as visões locais sobre meio ambiente, ou as ecologias nativas. A propósito, ver Prado 2002 e Little 2002)

cedendo à pressão da especulação imobiliária, seja porque suas vidas e as de seus filhos não têm mais a referência dos costumes e do ritmo de outrora. As famílias que permanecem vão se adaptando ao aumento do turismo, com construções de quartos para alugar ou campings em seus quintais, ou na busca pelo mercado de trabalho advindo do turismo, que por sua vez pode também preteri-los alegando precisar de mão de obra qualificada.

A rapidez da mudança não corresponde ao ritmo de vida destas comunidades, cada vez mais “pessoas estranhas” vão se avizinando dos antigos moradores, e o controle de se conhecer a todos deixa de existir. As relações se dissipam e diversos grupos vão se formando, sobretudo na Vila do Abraão, “porta de entrada da Ilha Grande”¹⁵.

Na disputa em torno de questões políticas, de políticas públicas e decisões importantes sobre os rumos da Ilha Grande, deixam de ser considerados os interesses dos antigos moradores e passam a ser representados os interesses “dos de fora”, dos ambientalistas, dos políticos, dos especuladores imobiliários e do turismo. A linguagem, o *campus simbólico* da disputa não é reconhecido pela comunidade local - apenas por poucos moradores que na maioria das vezes já moraram no continente – e aí, numa tentativa de se opor ao novo ritmo, a comunidade se abstém da participação, isolando-se das novas relações sociais. Isso acaba por marcar a diferença entre os grupos, numa tentativa de reafirmação de suas identidades. É como se cada grupo cuidasse de sua parte do bolo da Ilha: os jovens de fora cuidam dos barcos; os donos de pousadas cuidam dos turistas; a o poder público municipal “cuida” das obras, serviços de infra-estrutura e de quem e o que será fiscalizado; os órgãos ambientais “cuidam” das Unidades de Conservação; os moradores que vieram de fora cuidam do meio ambiente; a polícia cuida dos surfistas, hippies e maconheiros; e os antigos moradores cuidam de suas próprias vidas.

Nessa correria em que todos querem cuidar e ser os verdadeiros representantes da Ilha Grande, o *nativo* se isola nas igrejas locais, ou em suas casas, mas sem em nenhum momento deixar de se incomodar ou reclamar dos novos rumos dos fatos.

Num cenário onde a participação dos diferentes segmentos nas disputas sócio-econômicas locais define o ritmo e os caminhos da mudança, fica uma

¹⁵ Ver matéria central do nº 1 do *Voz Nativa*.

questão para os *nativos*: como os novos aportes, globalizantes, irão incorporar as futuras gerações de *nativos* se o espaço disputado hoje não tem nenhuma representatividade deste grupo?

Delinear uma resposta digna da complexidade da situação é difícil, já que para estas questões não existem soluções fechadas. O que existe são estudos de capacidade de carga, planos de ordenamento do turismo, pesquisas, mudanças de legislação, necessidade de controle e fiscalização e outras normas de ordenamento do turismo e da relação com o meio ambiente na Ilha Grande. Em tais estudos e planos, a questão das comunidades locais e da sua participação não é levada em consideração de forma a criar e/ou estabelecer um mecanismo que proporcione a incorporação efetiva desses grupos nas decisões e encaminhamentos referentes à Ilha. A proposta do Desenvolvimento Sustentável presente também nesses planos não passa do discurso e sua aplicação em sentido algum é contemplada.

A comunidade local, vai tentando caminhos de incorporação aos novos ritmos econômicos enquanto suas tradições vão se perdendo em meio à transformação da Vila do Abraão em um lugar cosmopolita. O que se chama de *ecoturismo* – que por sua vez carrega uma preocupação com o meio ambiente, o desenvolvimento e as comunidades locais – nada mais é do que especulação e *turismo na natureza*. Dessa relação – comunidade e turismo – restam apenas poucas tradições e costumes, situação em que os saberes ligados aos modos de vida locais se dissipam a cada construção de uma nova pousada, e a Vila do Abraão a cada momento se confunde mais com Búzios ou Porto Seguro, não restando muitas oportunidades para as antigas vilas caiçaras, as tradições e os antigos saberes e usos dos recursos naturais da Ilha Grande

Como fica o grupo de jovens da Vila do Abraão e da Brigada Mirim diante desse momento de auge de descontrole do crescimento e da mudança da Ilha Grande? Como se dá sua participação, como se formou e qual é a sua visão sobre esse momento? O que entendem de “meio ambiente” e de “ecologia” e, principalmente, como se envolvem na questão do meio Ambiente/ecologia, que é hoje a maior questão da Ilha Grande?

Aqui se desenrola um outro elemento pertinente ao entendimento da pouca participação dos nativos em “questões ambientais”: Parece não ser uma tradição dos *nativos* a participação quando se trata de questões “políticas” e de “meio

ambiente”. O antigo ritmo de vida de pescadores ou funcionários públicos¹⁶ lhes imprimiu um conservadorismo e aceitação das decisões advindas do governo. O *nativo* não é só refratário aos valores e à relação com “os de fora”. Também em relação a sua participação dentro do grupo, eles não parecem ser pró-ativos, transformadores. Há um jeito próprio de procurar se estabilizar numa posição acomodada, sendo nítida a diferença entre os comportamentos dos filhos jovens das antigas famílias da Ilha e os comportamentos dos jovens turistas e provenientes dos grandes centros urbanos que visitam a Ilha a todo o momento.

Comparando-se com jovens de outras proveniências, os da Ilha não têm sonhos de possuir grandes barcos e visitar países distantes, não querem se formar em medicina ou virar empresários, nem mesmo esperam conseguir grandes empregos que rendam uma vida de consumo e prazer. Os jovens *nativos* esperam levar a vida como seus pais fizeram. Na maioria dos casos querem continuar na Ilha e ter uma vida tranqüila. Muitos esperam fazer concurso para empregos públicos como para ser policial ou bombeiro; as meninas trabalham no comércio e sonham em fazer enfermagem. Raros são os casos daqueles que pretendem cursar o ensino superior, e poucos *nativos* talvez tenham seguido este caminho. Em geral, quando um *nativo* foge à regra, deixa de morar na Ilha. Entretanto, ser pescador, como seus pais foram, já não é mais uma ocupação possível na atual conjuntura da Ilha.

Chega a ser curioso o fato de estes jovens muitas vezes reclamarem da “falta do que fazer” num lugar onde a mudança na rotina e a quantidade de atrativos para “os de fora” não param de surgir. Mesmo querendo algo novo, toda novidade que acontece na sua vizinhança lhes passa despercebida, e nada para mudar é feito, nem mesmo ir às festas no continente, navegar na internet ou acampar nas praias da Ilha.

A maioria dos jovens *nativos* pertence a famílias com baixo poder aquisitivo. Poucos entre eles têm em casa alguma traineira antiga ou bote a motor, um computador ou canais de tv fechados. Muitas vezes o que lhes resta, ou o que conseguiram acumular foram terras e uma casa, e poucos possuem algum comércio ou pousada na Ilha. Ter uma casa no continente é privilegio de alguns. Estes jovens têm sua diversão no próprio quintal da vila onde moram, e geralmente estão unidos

¹⁶ A maioria da população nativa das vilas da Ilha tinha seu sustento econômico vindo da pesca e da agricultura de subsistência (os caiçaras), e do trabalho nos antigos presídios (Polícia Militar e Desipe).

em grupos marcados pela faixa etária nas praias mais próximas, na cachoeira, no campo de futebol, em casa com a família ou no cais à noite onde namoram entre si ou tocam instrumentos.

Poucas vezes vi um(a) jovem *nativo(a)* “namorando” ou “saindo” com uma(um) turista. Os relacionamentos costumam ser entre eles ou suas famílias, e um namoro na maioria das vezes se transforma em noivado e casamento. É muito valorizada entre eles a virgindade feminina, sobretudo se forem crentes, como são chamados os que pertencem aos grupos evangélicos. Os não crentes são um pouco mais liberais e costumam começar a namorar mais cedo, tendo também mais liberdade de sair à noite para se divertir.

Durante um curso de teatro, também realizado dentro do projeto “Ilha Jovem” e voltado para os jovens do Abraão, pôde se perceber que existe, em alguns momentos, um distanciamento entre crentes e não crentes. Não que isso os afaste; em suas relações pessoais não há distanciamento e o que se vê é um carinho e respeito muito grande entre o grupo. Mas aos jovens crentes não é permitido fazer o que outros jovens fazem. Quando as dinâmicas do curso passaram a ser conhecidas pelos pais dos jovens crentes, muitas meninas foram impedidas de participar com a desculpa de que deveriam ficar em casa para cuidar dos irmãos. Nas dinâmicas de “teatro do oprimido” o grupo era sempre convidado a escolher os temas para os ensaios, e o que mais se escolhia era “sexo” e “relacionamento”, além dos problemas com o cotidiano escolar. As meninas crentes eram as mais interessadas nos assuntos sobre sexo e relacionamento, e a vontade de “namorar ou ficar” parece ser uma questão que as atormenta.

Como casais, procuram seus pares, como uma garantia de dar certo, o que demonstra que há uma continuidade nas relações entre famílias locais. No caso dos jovens, não existe muito interesse dos *nativos* pelos “de fora”, sejam ou não turistas. Os *nativos* não se misturam nem nos momentos de lazer. Existe um preconceito muito grande dos *nativos* em relação aos *não nativos*, aqueles achando que os modos destes são fora de seus padrões. Se forem da ala crente esse distanciamento chega a ser ainda maior, caso em que “os de fora” passam a ser pessoas quase invisíveis numa relação pessoal sem interesses.

Devido aos distanciamentos por questão da relação *nativos x não nativos*, os jovens marcam também sua identidade *nativa* e seu distanciamento/desinteresse por questões locais, e o motivo atribuído por eles é a “mudança que o lugar tem tido

por causa dos de fora”, reproduzindo o sentido do discurso de seus pais. Isso acaba por afastar possibilidades de integração, aumentando a exclusão destes jovens da dinâmica socioeconômica local, e aumentando também a possibilidade de eles e suas famílias irem embora para o continente devido à falta de oportunidade a médio prazo para sua integração econômica local.

A falta de uma estrutura educacional que dê conta da formação para o mercado de trabalho crescente do turismo dificulta também a absorção dos jovens nativos nas vagas a toda hora abertas na Ilha. Os ensinos fundamental e médio não contam com infra-estrutura e professores habilitados a prepará-los na nova dinâmica das comunidades, o que impulsiona muitos deles a morar no continente em busca de cursos de informática, inglês, além de uma melhor formação. Com isso, muitos se acomodam nas vagas de baixa qualificação (jardineiros, faxineiros, balconistas) que aparecem por ser uma alternativa mais viável para suas condições financeiras e por sua formação profissional. No geral, as melhores vagas de emprego são preenchidas por pessoas de fora que foram para a Ilha como turistas e ali encontraram um lugar propício para continuar a vida. De fato o mercado de trabalho sempre tem uma vaga para ser preenchida em torno do movimento turístico local, pois a cada momento uma nova pousada é levantada, novos barcos estão prontos para fazer passeios pela Baía da Ilha Grande e portas de comércio estão se abrindo, exigindo cada vez mais o conhecimento de línguas e de habilidades comerciais para lidar com a diversidade de turistas que freqüentam a Ilha.

Os jovens nativos querem seu espaço na vila onde moram e, como o mercado de trabalho não está aberto para suas habilidades, acabam por rejeitar a relação com os jovens “de fora” que aproveitam suas oportunidades de trabalho. É impressionante a distância marcada entre eles. Mesmo morando na mesma rua não se falam, não se conhecem e não têm interesse nenhum de se conhecerem. Na comunidade ocupam lugares diferentes quando saem para as mesmas festas. Na praça da Vila do Abraão cada grupo de jovens tem seu lugar, seu bar e sua música escolhida, e poucos entre eles transitam pelos dois pólos. Mesmo com todo distanciamento entre os jovens na Ilha, é mais fácil ver uma menina *nativa* se aventurando entre os jovens de fora do que qualquer outra migração entre os grupos. Os jovens da Ilha conhecem menos a Ilha do que todos os outros de fora; e quando, em algumas exceções, se encontra um jovem nativo que conhece bem a Ilha, ele a conhecerá melhor do que todos os outros de fora.

2.1) A *Ecologia do Discurso*: “educação ambiental pra quê?”

Um dos fatos mais marcantes e que me atraiu para fazer essa pesquisa, e também ao realizá-la, foi perceber que quando se tratava da visão dos jovens da Vila do Abraão e da Vila Dois Rios sobre o que comumente se entende como meio ambiente, uma grande distância era percebida entre o *discurso* e a *prática*. Nas entrevistas era comum ouvir que “a natureza deve ser cuidada porque senão o homem não pode viver”, no entanto, no final de muitas delas os mesmos jovens contavam histórias de caça ou competição de matar passarinhos. Os discursos na maioria das vezes eram construídos de forma semelhante às representações correntes na mídia sobre meio ambiente e ecologia.

Como o maior contato que pude ter com estes jovens em torno de tais assuntos foi nas atividades dentro do colégio, neste local suas representações parecem ser também influenciadas pelas aulas de biologia/ecologia que deveriam decorar para as provas finais. O discurso sobre Meio Ambiente e Ecologia aparecia bem estruturado entre todos os jovens nativos, e a forma como ele é colocado está bem distante das suas relações reais com o meio ambiente e a natureza do entorno. Seus saberes sobre o meio ambiente local não necessariamente aparecem no discurso, como se tais saberes não tivessem nada a ver com Ecologia e Meio Ambiente. Estes termos são referentes às preocupações do mundo, e a Ilha Grande que eles conhecem não carece de cuidados como a “Amazônia” ou “outros lugares” ou bichos reconhecidos como em extinção, em estado de alerta ambiental.

A visão de Ecologia é a visão dos problemas que estão fora, que vêm de fora e sendo trazidos para a Ilha Grande. A Ilha é seu referencial, e para eles ela não apresenta “problemas ambientais”, pelo menos até a chegada dos “de fora” e dos turistas. Por não haver problemas ambientais na Ilha, também não há razão para existência de projetos, órgãos e associações que lidem com ecologia e educação ambiental. Sobre tais órgãos, poucos jovens conhecem suas existências e suas responsabilidades¹⁷.

¹⁷ Hoje na Ilha Grande contamos com vários órgãos voltados para as “questões ambientais”, entre eles temos: IEF-Instituto Estadual de Florestas, responsável pelo Parque Estadual da Ilha Grande; FEEMA-Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, responsável pela Reserva Biológica da Praia do Sul e pelo Parque Estadual Marinho do Aventureiro; Batalhão de Polícia Florestal, responsável pela fiscalização das Unidades de

Eles, os jovens nativos, não acreditam nos “de fora”, logo não querem que estes lhes ensinem como cuidar da Ilha. É comum entre eles, nas aulas de Educação Ambiental, pedir para fazerem outras atividades, como vídeos, ou para serem liberados; e é também comum o questionamento: “educação ambiental pra quê?” se não temos que aprender como lidar com o lugar ao qual pertencemos.

Os problemas ambientais na Ilha somente são reconhecidos quando se pensa nos “de fora”. No seu cotidiano, os jovens não identificam problemas ambientais ali, nem acreditam que ações devam ser tomadas sobre a natureza e o meio ambiente. Com o aumento do turismo é que os “problemas ambientais” foram surgindo e sendo identificados. O interessante é que a própria identificação do problema não é uma coisa que surge de dentro do grupo dos nativos, mas da preocupação dos “de fora”. Os nativos se preocupam com a falta de controle dos acontecimentos, e todos os problemas identificados são referidos às mudanças no lugar e à falta de controle do que “os de fora” estão fazendo.

No discurso, a preservação deveria acontecer nas cidades, nas florestas da Amazônia ou no resto do mundo. Não há por que, na sua visão, os ambientalistas virem para a Ilha se ela continua linda e preservada, “senão, por que vem pra cá tanto turista?”. A Ilha se conserva sem “os de fora”, e com a chegada deles é que aparecem os problemas e daí surgem os questionamentos do lixo dos turistas, do esgoto, das drogas, dos barcos que soltam óleo. Por outro lado, não são identificados os riscos e problemas da pesca predatória, da especulação imobiliária, da caça e apreensão de espécies silvestres e de plantas. Quando estes problemas aparecem é como meras reproduções de discursos correntes no momento da comunidade, sem efetivamente marcar um interesse e uma preocupação por parte deste grupo.

Enfim, muitos dos problemas apresentados recentemente em relação à Ilha não são identificados pelos jovens locais porque estes problemas não são vistos como apresentando riscos para a natureza, não encontram eco nos seus saberes e tradições e nem são problemas recorrentes dos noticiários de tv e das aulas de biologia. Os recursos naturais da Ilha eram muito mais utilizados antigamente pelos nativos, e hoje, devido à criação de Unidades de Conservação, esses recursos não

Conservação em parceria com os órgãos responsáveis; CODIG-Comitê de Defesa da Ilha Grande, ong local que vem cuidando de denúncias e importantes propostas referentes a meio ambiente na Ilha; SAPÊ-Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, ong de Angra dos Reis que também atua na Ilha Grande há alguns anos; e diversas associações de moradores espalhadas pelas praias da Ilha Grande.

mais são utilizados, “mostrando” que a Ilha está ainda mais preservada. Nessa visão, apenas o peixe parece ficar escasso devido à pesca de grandes barcos que vêm de todos os lugares; no entanto, se reclama da escassez e não do desequilíbrio ambiental. Acredita-se que se a pesca for organizada o peixe volta.

A “Ecologia do Discurso” é referida a uma forma de apreensão da natureza que vem de fora, ligada ao senso comum e à mídia em geral. Os saberes locais não moldam os discursos por serem saberes referentes a sua vida e cotidiano, aos saberes dos mais velhos e que não têm relação com os “problemas ambientais” nem com o resto do mundo. Nesse sentido, Ecologia, Meio Ambiente, Educação Ambiental e todos os outros termos são coisas que estão sendo introduzidas na Ilha, e junto com tudo que vem de fora pode não ser bom para os nativos.

Com a criação da Brigada Mirim surge mais de perto a preocupação com “o meio ambiente”, mas no caso, como dito anteriormente, trata-se de uma preocupação *trazida* com o aumento do fluxo turístico. Uma preocupação que vem com os “de fora” e serve para proteger a Ilha destes.

Os jovens nativos entendem o valor da “questão ambiental”, e da preocupação em relação a ela. Identificam neste contexto que a preservação da natureza e da Ilha pode ser benéfica para eles. No entanto, a construção do discurso é moldada por um sistema de classificação referido a uma visão que não é a sua, e que só pode ser reproduzida como discurso, sem necessariamente mover ou ter relação com sua prática. Assim, estes jovens parecem só partilhar das preocupações ambientais dos “de fora” no plano do discurso, não as atualizando na prática.

De que “meio ambiente” está se falando? Qual é a visão deste grupo sobre “ecologia”? De novo, de que “ecologia” está se falando? Em seu sistema de classificação, na sua cultura, “a ecologia” é entendida como algo sistemático que se relaciona a governo, educação e pesquisa. Seu conhecimento sobre a natureza é colocado de lado junto com suas histórias e tradições, e perde valor dentro do novo quadro das relações locais. Os jovens não se interessam pelos saberes dos mais velhos porque não vêem usos para eles. Por que saber fazer uma canoa caiçara se um “corisco a motor é bem melhor”? Em meio às constantes transformações do lugar e às novidades que surgem a cada momento, os jovens passam a se desinteressar por sua cultura, e ela vai perdendo relevância para eles, seja porque sua linguagem não é exatamente a mesma de seus pais, seja porque seus pais

também já deixaram seus conhecimentos de lado por causa das mudanças do lugar¹⁸.

Uma outra ecologia é mais bem observada na sua prática do que no discurso do jovem nativo das vilas do Abraão e Dois Rios, quando as noções de risco e de problemas ambientais passam a ser determinantes na interação com as questões ligadas à natureza, seus usos e representações.

O conteúdo do discurso é o conteúdo do senso comum e que não se entrelaça com os saberes locais; é apenas reproduzido. Seu capital simbólico, seus conhecimentos sobre o meio ambiente local, não são estruturados como são os conhecimentos científicos sobre problemas ambientais ou como a visão/discurso dos “de fora”. Dessa forma, a relação entre as visões é marcada pelo descompasso/desinteresse entre os grupos, afastando-os pela dificuldade de relacionamento e entendimento do ponto de vista de cada um.

Cada grupo, um saber, uma linguagem, um sistema de classificação que carrega em si seus valores, sua história, suas preocupações, sua ética, que por sua vez definem seus *campus* e *habitus*, que por serem discordantes/antagônicos afastam possibilidades de relacionamento/entendimento.

Educação Ambiental pra quê? – É de se perguntar, como eles mesmos perguntam. Para a reprodução de um discurso? Para a afirmação de que um saber é melhor/mais importante que outro? Ou para mostrar que um sabe o que o “outro” não sabe e deve saber?

2.2) A Ecologia da Prática: “din-din pra ganhar responsabilidade”

O que se pode considerar como a prática ecológica deste grupo de jovens não se assemelha à prática ecológica do movimento ambientalista nem à prática ditada por uma ideologia ecológica dominante e globalizada a partir das conferências mundiais e outras instâncias. A prática ecológica deste grupo é referida à sua visão de mundo, ao valor que dão à natureza e ao risco dos problemas ambientais que reconhecem. A prática ecológica deste grupo está ligada

¹⁸ Com a entrada de Unidades de Conservação e leis ambientais de pesca na Baía da Ilha Grande, os modos de vida e os usos dos recursos naturais sofreram mudanças drásticas e os antigos moradores e as novas gerações tiveram que se adaptar às novas possibilidades de desenvolvimento da região. (Ver Unidades de Conservação da Ilha em anexo)

a seu cotidiano, suas relações sociais, à tradição e dinâmica da relação dos nativos com o meio ambiente, e às possibilidades de controle e ação que este grupo tem sobre a natureza do local onde vivem. Está ligada à sua história, ao *campus* e *habitus* que compartilham, aos saberes de que dispõem.

O jovem nativo da Vila do Abraão tem uma forma própria de se relacionar com o tempo/espaço nas ações do cotidiano, e as questões ambientais não são questões relevantes que orientam suas ações. A natureza e o valor de uso que dão a ela sim orientam sua relação com o meio ambiente local e entre si.

Sua prática é orientada por um cotidiano que não tem referência aos problemas ambientais tal como vistos pelos órgãos públicos de controle e os ambientalistas, mas que se reproduz dentro da lógica e do *habitus* do grupo e da forma como este conhece e reconhece o espaço que ocupa na Vila do Abraão e na Ilha. O jovem nativo reproduz o valor que é tradicional do grupo a que pertence e é orientado por ele na relação direta com a natureza. É comum a este grupo a relação com a natureza de uma forma hoje não aceita para as Unidades de Conservação implantadas na Ilha; não por causa de rejeição às leis, mas porque a sua forma tradicional de uso dos recursos naturais não está referida à ordenação e controle dos usos hoje permitidos. Nesse sentido, num de seus trabalhos, Prado coloca que “os nativos parecem querer dois pesos e duas medidas diante da legislação ambiental, para eles devendo valer o seu código tradicional. São dois os argumentos por eles reiterados com relação a essa questão: o primeiro é o de que os nativos sabem lidar com o meio ambiente sem agredir – “como sempre fizemos” –, o que implica que não devem ser controlados, e muito menos punidos; o outro é o de que não é possível impor certas proibições sem oferecer possibilidades alternativas – “Não pode, tá bem, não pode; mas então dá condições pras pessoas fazerem outras coisas” (Prado 2000 a: 16).

A pesca de arpão ou rede sempre é realizada em diversas praias da Ilha por estes jovens, e quando questionados sobre a proibição desta prática não discordam, mas acreditam que esta proibição não cabe a eles que sempre pescaram ali e nunca tiveram problemas com isso. Na sua forma de ver, a proibição é para quem não é dali e pesca sem controle de tamanho de peixe e quantidade e que não pesca pra comer.

Vários jovens têm em seus quintais bromélias e orquídeas da Ilha ou introduzidas. Ter ou coletar estas espécies sempre foi comum entre os nativos, e

para eles não faz sentido que isto seja um problema se as plantas “vão continuar ali”, próximas de onde foram extraídas. Vários nativos antigos contam, e os jovens reproduzem, que “na época do presídio” e antes, boa parte da Vila do Abraão e seu entorno era menos florestada do que hoje, “então qual é o problema de ter essas flores no quintal se hoje tem muito mais aí do que antigamente?”

O uso dos recursos naturais pelos jovens nativos talvez seja bem menor do que os usos feitos pelas gerações anteriores. Com as mudanças no modo de vida e o impedimento de manter uma roça, ter plantações e caçar, o acesso a tais recursos não é mais feito nos quintais da Ilha, mas nos mercados das vilas ou de Angra dos Reis.

Matar passarinhos entre muitos jovens se assemelha aos jogos de lutas nos computadores dos jovens dos centros urbanos. Entre eles essa é uma brincadeira comum da faixa etária entre 7 e 13 anos, e mesmo sendo repreendidos pelos mais velhos, continuam fazendo suas competições por acreditar que não existe um porquê óbvio para não fazerem isso.

O contato com a natureza é uma constante, não existindo separação homem x natureza entre os jovens nativos, típica dos centros urbanos. Estes é que são para eles os lugares distantes que mesmo proporcionando prazeres sedutores não proporcionam o ambiente que os acolhe ou que dominem. Isso imprime uma forma muito própria da conviver com a natureza que passa despercebida por eles. Por não haver essa distância homem x natureza, as questões ambientais comumente referidas como importantes são abordadas por eles com sentidos próprios e não aqueles referidos à “preservação” ou “ecologia” atribuídos pela ideologia ecológica/ambientalista.

No cotidiano da Brigada Mirim os jovens realizam suas atividades de uma forma sistemática, sendo mantidas por uma prática funcional de relações trabalhistas. Não estão ali porque são ambientalistas, mas porque estão trabalhando por “din-din” e “para ganhar responsabilidade” num primeiro emprego. Isso não quer dizer que não dão valor ao que fazem; para eles, estão cuidando do lugar onde moram, mas fazem isso porque estão trabalhando, e fora dali não há porque reproduzirem esta prática. Como dito anteriormente, a prática ecológica não tem sentido entre estes jovens, e a razão da existência da Brigada para eles é cuidar dos problemas que “os de fora” trouxeram para o *seu quintal*.

Diversas atividades sobre Meio Ambiente são realizadas no Casarão de Cultura ou no Casarão do IEF-Instituto Estadual de Florestas do Abraão e que, no entanto, não têm participação efetiva dos jovens nativos. Ao que parece eles não se envolvem em atividades *ecológicas*, de um lado, por acharem que além de elas não fazerem sentido para eles são realizadas pelos “de fora”; e de outro, porque estão baseadas num sistema de valores e linguagens que desconhecem e aos quais não têm acesso. A sua prática em relação às atividades de fora é a do afastamento, pois se são realizadas por grupos a que não pertencem, não dizem respeito a eles, independente da relevância do tema. Apenas quando existe algum interesse pessoal podemos ver um destes jovens envolvidos em atividades dos “de fora”, mas mesmo assim esse fato é muito incomum.

Também não é tradição entre os nativos desenvolver ou participar de atividades que envolvam a comunidade do lugar como um todo. Geralmente estão envolvidos em atividades que são restritas ao grupo a que pertencem e que às vezes têm um cunho religioso.

Como veremos a seguir, a participação prática destes jovens em atividades somente ocorre quando são desenvolvidas por eles e para eles dentro de um quadro que acreditam ser relevante e de interesse do seu grupo. Sua linguagem, e seus valores é que orientam sua prática e participação; sem isso o grupo é excluído e não tem interesse em participar. É com isso que vêm e absorvem o sentido da ação, dominando assim o espaço que acreditam ser deles.

2.3) A *Ecologia da Interação*: “a voz na ativa”

Abro um tópico para falar da interação, pois foi a partir dela que a metodologia do projeto foi possível de ser aplicada, e que muitas das observações posteriores demonstraram que a interação criou um campo novo de percepção entre o grupo o que acabou por interferir no seu discurso e na sua prática.

Chamo de *Ecologia da Interação* porque se trata de uma nova forma de tradução da “ecologia” que se manifestou com as atividades do projeto “Ilha Jovem”. Uma forma diferente do grupo de se relacionar com o meio ambiente aconteceu, seja pela mudança de sua percepção, seja pela proposta de mudança de sua interação direta com a natureza do entorno. Essa forma “nova” foi identificada a

partir das observações anteriores ao projeto, e pela reação/resposta do grupo com suas atividades e seus resultados no quadro de suas relações locais.

A interação não deve ser entendida unicamente pelo contato direto com o pesquisador em campo, mas pelo contato com informações - capital simbólico - e dinâmicas que foram possíveis através das atividades do projeto e que criaram, dentro de suas possibilidades, uma rotina/dinâmica nova entre estes adolescentes, possibilitando a eles desenvolver/demonstrar seus valores e interesses pela questão ambiental diante da comunidade onde vivem. Julgo que essa interação lhes deu oportunidade de se relacionar diretamente com “questões ambientais” no espaço público, mas através de sua própria linguagem, de seus próprios saberes, valores e interesses, e não através dos códigos dos “de fora” e de suas percepções. Isso permitiu uma avaliação do projeto, ao mesmo tempo em que alimentando esta pesquisa, no sentido de entender a participação efetiva de grupos em projetos de Meio Ambiente.

O projeto tinha dois eixos principais. O primeiro visava uma troca de saberes sobre meio ambiente proporcionando uma circulação de informações que promovesse o interesse destes jovens por questões ambientais da Ilha Grande, e o segundo era de incentivar estes jovens, a partir da percepção destas novas informações, a elaborar e desenvolver seus próprios projetos partindo de seus interesses, saberes e linguagens, para que, assim, seus projetos pudessem atingir a comunidade e em especial o grupo ao qual pertencem, estimulando-os à participação em assuntos que envolvem toda a comunidade.

Um tema foi muito elucidativo quando da observação desta interação e suas mudanças no *habitus* do grupo, que é a *Noção de Risco*. Através do discurso, dos saberes e da sua relação com a prática, podemos observar e entender como a ação é influenciada e direcionada a assuntos que estão diretamente envolvidos com o cotidiano do grupo e com temas que para eles são relevantes/reconhecidos. A noção de risco - sua percepção de problemas ambientais que possam causar danos - influencia o grupo a demandar ações sobre o meio ambiente que eles não fariam se desconhecêssem o assunto ou se não identificassem quaisquer riscos para si em alguns fatores.

A informação é geradora de percepções - que ocorrem a partir da recepção do grupo - que proporcionam uma nova forma de o grupo apreender a natureza e buscar controle sobre ela. Uma informação pode mostrar ao grupo que um problema

não existe por acaso, mas por determinados fatores que podem ser produzidos e controlados por eles. Isto pode mudar a forma como o grupo valora a natureza e suas ações, influenciando-o a modificar a ação por perceber os problemas de outras formas. Isso pode ser bem ilustrado pela crescente preocupação que o mundo tem tido com a natureza e a relação do homem com o desenvolvimento. Com as descobertas das ciências sobre os riscos implicados no desenvolvimento, uma onda mundial tem buscado soluções para esta questão, haja vista os avanços das propostas de Desenvolvimento Sustentado e Agenda 21, entre outras preocupações e propostas de ação.

Um exemplo disso aconteceu com o grupo durante um seminário sobre “Poluição de córregos e seus fatores” que aconteceu no colégio do Abraão dentro do projeto “Ilha Jovem”. Após a explicação do aluno bolsista sobre os porquês de o Abraão ter uns rios poluídos e outros não, suas causas e conseqüentes problemas, os jovens mostraram o interesse de dizer a todos da comunidade o que estava acontecendo e o que deveriam fazer para evitar possíveis doenças. No mesmo seminário foi colocado que na praia de Provetá os esgotos correm a céu aberto para os rios e depois para o mar, e seus moradores acreditam que não existem problemas com isso porque eles vivem assim há anos e não relacionam suas doenças de pele e vermes a esta situação. Vários alunos ficaram preocupados em dizer ao povo de Provetá o que estava acontecendo lá e passaram a se preocupar com os rios do Abraão. Durante um tempo este passou a ser um dos assuntos que corriam nos corredores do colégio.

A noção de risco não acontece somente pela informação, mas pela relação que o grupo tem com a informação e com o mundo com que se relaciona. Ela não é apreendida só por ser escutada, mas é codificada em referência aos saberes do grupo e passa a ser também um de seus saberes. Ninguém quer correr riscos, e quando uma ação é vista como carregada de risco ela passa a ser questionada por aquele que age. Os valores estão em jogo a todo tempo, eles são forjados em relações sociais e definem o sentido da ação. Noções de risco quando absorvidas pelos códigos e saberes do grupo, passam a implicar uma nova perspectiva que por sua vez influencia ações e interações.

As visões que compõem o que classifico como a *Ecologia da Interação* resultam da tentativa do Projeto “Ilha Jovem” de unir saberes à prática. Um exemplo foi demonstrado a propósito de como a noção de risco pode mover atividades que

tenham como pano de fundo questões e problemas locais, a identidade do grupo e a disputa no espaço social. Outro bom exemplo disso é a escolha pelo nome do boletim do projeto: “Voz Nativa”. Com o interesse de mostrar que pode participar, dar opiniões, o grupo escolheu que o boletim seria um espaço para expressarem sua voz, suas reclamações, sua visão sobre o Abraão e a Ilha. A oportunidade do boletim estimulou os jovens à participação, e a idéia de “*nativos na ativa*” tinha estimulado vários deles para a participação no jornal. Até então estes jovens não tinham muito espaço de participação na comunidade, e apenas no interior do seu próprio grupo tinham a possibilidade de se expressarem. Com o jornal, sua “ação” seria para todos verem, teria impactos na comunidade. A oportunidade de expressar opiniões, que até então era inexistente, surgia agora, pois, todos iriam ver o que eles diziam, e o discurso deixaria de ser apenas discurso e passaria a nortear a sua prática – era como se o jornal criasse esse compromisso.

O *habitus*, os saberes e linguagens do grupo determinam que assuntos lhes interessam e qual noção de risco pode ser apreendida. Os grupos se relacionam com a natureza, e quando uma nova informação que está diretamente ligada a esta relação surge, abre-se a possibilidade de uma nova apreensão ser feita pela recepção do grupo e influenciar sua ação.

Isso ocorreu com os jovens o Abraão na Semana de Meio Ambiente da Ilha Grande/2002. Uma proposta era, no contexto do projeto “Ilha Jovem”, desenvolver alguma atividade na Semana que fosse de interesse dos jovens e que seria realizada por eles. Mesmo tendo aparecido em diversas entrevistas e observações que os brigadistas não gostavam de limpar praias como trabalho na Brigada, o grupo, após o envolvimento em muitas discussões sobre lixo e reciclagem (o que repercutiu em matéria produzida para o *Voz Nativa*), decidiu implementar um programa de limpeza de praias da Ilha, no qual a cada mês todos da Brigada e também outros interessados do colégio estadual fariam passeios para praias distantes e limpariam suas areias e seu fundo¹⁹. Infelizmente apenas duas limpezas de praia foram possíveis pela dificuldade de conseguir barcos para todos, mas o que a ação demonstrava era que eles tinham interesse em “cuidar” das praias que eram para eles o maior atrativo da Ilha. A limpeza das praias passou a ser importante porque o lixo deixado nelas causava danos e poderia ser reciclado. O que facilitou essa atividade e não outra foi o fato de ela estar a seu alcance, sendo

¹⁹ Ver reportagem de centro do Voz Nativa nº 1

possível de ser realizada e controlada pelo grupo. Neste caso a noção de risco influenciou o grupo a uma ação que já era comum no seu cotidiano mas que antes não fazia o mesmo sentido.

A participação dos jovens em atividades tinha uma influência muito grande do boletim “Voz Nativa”. Após a edição do primeiro número, os jovens se interessavam em participar mais, pois sabiam que a intenção do projeto era de implementar atividades escolhidas por eles. Nota-se, com as matérias, que sua participação efetiva não era pela prática; sua participação inicial com o jornal era a do questionamento, da crítica, das reclamações. Como até então estes jovens não viam espaço de participação na comunidade, não sabiam como agir, como orientar sua ação. Neste caso, a rejeição ao que estava acontecendo ficou explicitada com as matérias do jornal. Até ali a vontade de negar e questionar a dinâmica social vigente ia além da tentativa de ação; mas a partir do jornal pareceu criar-se um compromisso.

Em seguida, com a oportunidade, os jovens passaram a querer fazer coisas como campanhas contra o mau tratamento do esgoto, de limpezas de praias, de retorno da coleta seletiva de lixo para geração de renda, de “educação ambiental” para conscientizar a comunidade sobre como tratar dos rios e do lixo. Como as ações não foram possíveis por falta de verbas e estruturas, sua participação tem ficado por conta da insistente tentativa de resgatar o jornal *Voz Nativa*.

CONCLUSÃO

Inicialmente, o que se pode concluir com a presente pesquisa – que terá continuidade, juntamente com o projeto “Ilha Jovem” – é que um tempo maior de observação seria uma práxis importante para o acabamento dos estudos que está sendo proposto. Avaliar a mudança dos discursos e da prática fica mais garantido com um período maior de campo, no qual a metodologia proposta tome um corpo mais consolidado e seja experimentada e também avaliada, além de se poder dispor de comparações a partir de observações em sazonalidades diferentes e situações novas.

Entretanto algumas conclusões já podem ser feitas sobre a proposta inicial da pesquisa que era: tentar entender como se dá a participação dos grupos em projetos de Meio Ambiente à luz do saber local, seu cotidiano e o *habitus* do grupo, nos quais uma pesquisa antropológica no início de cada projeto seria fundamental para adequação da proposta à realidade e aos interesses do grupo.

Não pretendo aqui responder à pergunta “Educação Ambiental pra quê?”, mas fazer uma reflexão orientada pelas observações da pesquisa, na qual o grupo que estava sendo observado sugeriu caminhos possíveis de participação e envolvimento que tornaram possíveis projetos de Educação Ambiental e Meio Ambiente em comunidade ligada a Unidades de Conservação. Talvez, no ponto em que se encontra a pesquisa seria mais fácil falar dos caminhos que não devem ser seguidos do que propor “soluções” que ainda se encontram em observação.

Um quadro que pode ser facilmente explorado é o da distância entre saberes e linguagens dos grupos que se envolvem num mesmo projeto de meio ambiente. Nota-se que cada grupo tem uma forma própria de valorar as questões ambientais, atribuindo-lhes um sentido que por sua vez orienta a ação deste grupo na sua práxis relacional. Somando essa lacuna com as diferenças de linguagens e saberes encontramos um quadro de distanciamento e desencontro, onde a impossibilidade do diálogo torna ainda mais difícil o fim dos impasses.

Projetos de Educação Ambiental não dão resultados puramente pela distribuição gratuita de informações científicas sobre ecologia e preservação; se o grupo envolvido não tiver oportunidade de participar da proposta, não se consolida a ação sobre a natureza e não se chega a resultados satisfatórios. Geralmente os projetos de “Educação” carregam a proposta do ensino/aprendizado, que no

entanto, se não estiverem conforme os saberes e a linguagem do grupo, acabam por promover um distanciamento que dificulta ainda mais a apropriação do grupo do tema que estiver sendo abordado.

Por isso, o que está sendo proposto aqui é que projetos ligados a comunidades ou grupos “tradicionais” devem ser orientados pelo cotidiano do grupo e seu *habitus*, pois de outra forma seria um projeto que não teria continuidade nem seria apropriado pelo grupo, não interferindo assim na sua práxis ou nos seus saberes. Trata-se de focar a ação num aumento de capital social, não ficando o grupo passivo dentro de uma nova dinâmica proposta, mas sim ativo, com “o seu” capital simbólico sustentando a ponte de relacionamento na troca de saberes; e a participação e o empoderamento seriam possíveis a partir do momento em que o grupo fosse co-gestor na nova relação, não sendo mais sujeito da ação de outros, mas de sua própria.

Um projeto de Educação Ambiental seria neste sentido um projeto de “aumento de capital simbólico” sobre “questões ambientais”, sendo a metodologia calçada no saber e na realidade do grupo, e proporcionando assim seu ingresso no projeto, sua permanência e uma participação eficaz.

A realidade local, as relações sociais que estão em jogo, o ecossistema presente e o meio ambiente local são as plataformas que dão suporte aos saberes e *habitus* do grupo, com os quais os projetos passam a existir; logo, esta realidade, deve ser levada em consideração na elaboração de metodologias participativas.

A educação, a informação e os saberes advindos de um mundo globalizado e padronizado não podem diminuir o valor da identidade e do saber local. O grupo deve preservar seus conhecimentos do mundo e do meio ambiente do entorno, devendo estes ser o eixo de apropriação de quaisquer novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam...(et al.)
1999 – *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ADAMS, Cristina
2000 - *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP.
- BARBIER, René
1977 - *A Pesquisa-Ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECKER, Howard S.
1993 - *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BOURDIEU, Pierre
1998 - *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CRESCO, Samira e Pedro Leitão
1993 - *O que o brasileiro pensa de ecologia - O Brasil na era verde*. Rio de Janeiro: MAST/CETEM/CNPq/ISER/Agência Estado.
- DIEGUES, Antonio Carlos.
1998 - *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
1996 - *Ecologia Humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB-USP.
- DREW, David
O homem e o ambiente: introdução. *In* *Processos interativos: Homem - Meio Ambiente*. mimeo
- GEERTZ, Clifford.
1997 - *O saber local*. Petrópolis: Vozes.
1978 - *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GIDDENS, Antony.
1996 - A Modernidade sobre um signo negativo: questões ecológicas e política de vida. *In*. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Ed. da Unesp.
- GRAMSCI, Antonio.
2000 – *Cadernos do cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUATARI, Félix
2000 (1989) - *As três ecologias*. Campinas, SP: Papirus.
- HALL, Stuart.
2002 – *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A – 7. ed.
- HOFFMANN, Maria Barroso (org.)
2002 – *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED.
- IPPUR/UFRJ
1994 - *As potencialidades do turismo na Ilha grande. Uma análise socio-territorial de diferentes formas de aproveitamento turístico e de suas conseqüências ambientais*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, mimeo.
- IRVING, Marta de Azevedo e AZEVEDO, Julia.
2002 – *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.

LITTLE, Paul E.

2002 - Etnoecologia e direito dos povos: elementos para uma nova ação indigenista. In SOUZA LIMA, A. C. e BARROSO-HOFFMAN, M. (orgs.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.

LORENZO, Rosa

1996 - *A que passos andam as tartarugas - Estudo sobre o impacto sócio cultural do turismo em Praia do Forte*. Salvador: XX Reunião Brasileira de Antropologia, GT "Ambiente, População e Cultura: Grandes Projetos e Populações Locais", mimeo

MATTA, Roberto da

1983 - Trabalho de Campo. In *Relativizando: Uma introdução à antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.

- Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In *Conta de Mentiroso*. mimeo

MORIN, Edgard.

2002 – *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. – 5. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

NOVAES, Regina

1998 - *Juventude: conflito e solidariedade*. In *Comunicações do Iser*. N° 50, Ano 17, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião/ISER

PRADO, Rosane Manhães

2003 a – *Tensão no paraíso: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Virtual de Turismo.

2003 b – *Crentes na Ilha Grande: uma forma de ser nativo*. Rio de Janeiro...

2002 - "*Quem entende do paraíso: Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação*". Gramado: XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa: "Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público. Abordagens interdisciplinares em uma perspectiva comparada", mimeo.

2000 a - *A UERJ e a comunidade da Vila Dois Rios*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, mimeo.

2000 b - *Depois que entrou o Imbamba: Concepções de preservação ambiental entre a população da Ilha Grande*. Brasília: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa "Conflitos Sócio-Ambientais e Unidades de Conservação", mimeo.

1996 - *A beleza traída: reação da população de Angra dos Reis à usina nuclear*. Salvador: XX Reunião Brasileira de Antropologia, GT "Ambiente, População e Cultura: Grandes Projetos e Populações Locais", mimeo

PMAR - PREFEITURA Municipal de Angra dos Reis

1995 a- *Angra dos Reis* (síntese da situação social, econômica e política). Angra dos Reis: PMAR/Secret. M. de Planejamento, mimeo.

1995 b- *Plano de ocupação urbana da Vila do Abraão. AECATUP Abraão. Quadro de referência da situação atual*. Angra dos Reis: PMAR/Secret. M. de Planejamento, mimeo.

1992 a- *Projeto Ilha Grande - Relatório*. Angra dos Reis: PMAR/Secret. M. de Planejamento, mimeo.

1992 b- *Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande*. Angra dos Reis: PMAR/Secret. M. de Planejamento, mimeo.

1992 c- *Um pouco de nossa Ilha Grande*. Angra dos Reis: PMAR/Secret. M. de Desenvolvimento Econômico, Social e Planejamento, mimeo.

REIGOTA, Marcos

1995 - *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez

SAHLINS, Marshall

1979 - *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SIGAUD, Ligia

1988 - Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho. *In* Rosa and Mielnik (ed.) *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. Rio de Janeiro: AIE/COPPE/Marco Zero/CNPq.

SOUSA, Tatiana C.

2002 - *Tão perto e tão distante: Uma abordagem antropológica da relação entre a UERJ e a comunidade da Vila Dois Rios*. Monografia de Graduação. Depto. de Ciências Sociais / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UERJ, mimeo.

TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.)

2001 – *Sociologia para Educadores*. Rio de Janeiro: Quartec.

UFRRJ/IEF

1993 - *Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Estadual de Floresta, mimeo

URRY, John

1996 - *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.

VALLA, Victor Vincent

1986 – *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO.